

A influência do Legislativo na Dinâmica da formação da agenda governamental: O caso da ALRN

Autoria

Fábio Resende de Araújo - resende_araujo@hotmail.com

Prog de Pós-Grad em Gestão Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas – PPGP/CCSA/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Alan Castilho Bezerra da Silva - fresende87@gmail.com

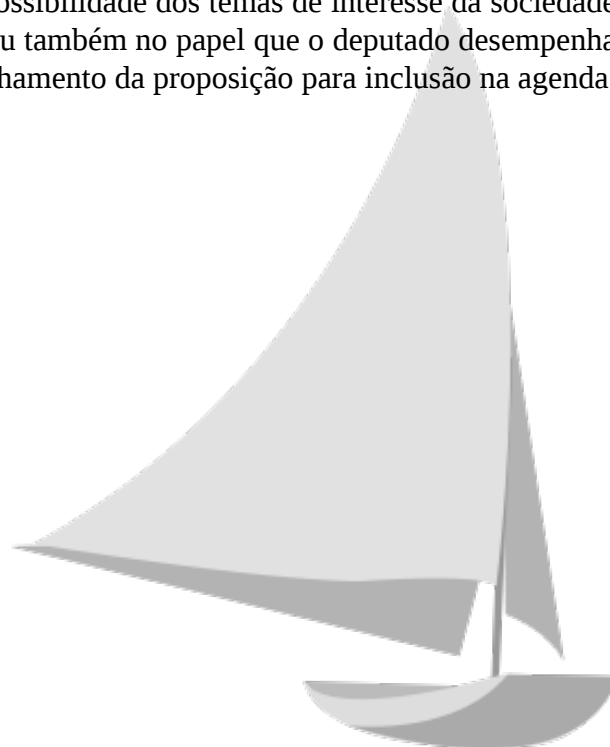
Prog de Pós-Grad em Gestão Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas – PPGP/CCSA/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

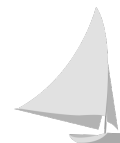
MARIA TERESA PIRES COSTA - teresapires.psi@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente tem como objetivo analisar a influência do Legislativo na formação da agenda governamental no Estado do Rio Grande do Norte. O estudo se baseia no modelo de Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Model) de Kingdon (2011), considerando suas categorias analíticas: fluxos de problemas, fluxos de soluções, fluxos políticos e a janela de oportunidade. Os dados foram coletados por meio de entrevistas orientadas por questionário semiestruturado com deputados líderes e/ou vice-líderes de bancadas e chefes de gabinetes. Os resultados apontaram para uma articulação sociedade-parlamentar-executivo por meio de proposições do legislativo e pela inserção de debates na forma de fóruns. As redes sociais também foram percebidas como uma nova possibilidade dos temas de interesse da sociedade serem pautas parlamentares. A pesquisa focou também no papel que o deputado desempenha como articulador na aprovação e no encaminhamento da proposição para inclusão na agenda.



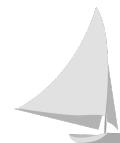


A influência do Legislativo na Dinâmica da formação da agenda governamental: O caso da ALRN

RESUMO

O presente tem como objetivo analisar a influência do Legislativo na formação da agenda governamental no Estado do Rio Grande do Norte. O estudo se baseia no modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) de Kingdon (2011), considerando suas categorias analíticas: fluxos de problemas, fluxos de soluções, fluxos políticos e a janela de oportunidade. Os dados foram coletados por meio de entrevistas orientadas por questionário semiestruturado com deputados líderes e/ou vice-líderes de bancadas e chefes de gabinetes. Os resultados apontaram para uma articulação sociedade-parlamentar-executivo por meio de proposições do legislativo e pela inserção de debates na forma de fóruns. As redes sociais também foram percebidas como uma nova possibilidade dos temas de interesse da sociedade serem pautas parlamentares. A pesquisa focou também no papel que o deputado desempenha como articulador na aprovação e no encaminhamento da proposição para inclusão na agenda.

Palavras-Chave: Poder Legislativo. Agenda Governamental. Políticas Públicas.



1. INTRODUÇÃO

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos. (BRASIL, 1988). O povo, titular do poder, delega ao político a responsabilidade de representá-lo. Corresponde ao Poder Legislativo à função legislativa e consiste no estabelecimento de normas gerais e abstratas que regem a vida em sociedade. Ressalta-se que é por meio do ato Legislativo que são estabelecidas as normas de interesses sociais (NADER, 2003). Destarte, os parlamentares são protagonistas do processo de produção legislativa que expressa as vontades coletivas.

Na tríade de poder formada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Legislativo, através da Câmara dos deputados federais¹, formada por 513² parlamentares, representa o povo brasileiro. Como representantes do povo, o parlamentar que deseja atender a expectativa do eleitor, deve permanecer atento aos reclamos e imperativos do povo, deste modo, o legislador deve procurar compreender a vontade coletiva e transportá-la para os códigos (NADER, 2003). Portanto, a atenção do legislador deve atentar para as necessidades coletivas e grava-las quando necessário na agenda governamental. O mesmo acontece nos estados.

No Legislativo, o parlamentar pode atuar na defesa dos interesses da sociedade por intermédio das frentes parlamentares suprapartidárias, destinadas a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor, como consta no Câmara Federal, Ato da Mesa nº 69/2005. Assim, o papel do Parlamento é central para o processo de formação da agenda, seja porque os parlamentares buscam satisfazer seus eleitores ou porque defendem questões relacionadas a seus posicionamentos político-partidários (CAPELLA, 2006). Igualmente, atuam os 24 (vinte e quatro) deputados estaduais da Casa Legislativa Potiguar conforme indica a Constituição Estadual do RN.

A agenda pode ser uma lista de assuntos ou problemas aos quais os funcionários governamentais e as pessoas que não participam do governo estão prestando muita atenção em um determinado momento (KINGDON, 2011). Destarte, determinado problema, em certo momento, atrai a atenção das autoridades ou de seus assessores, podendo passar a ser foco das discussões e, assim, com a influência das autoridades ou de seus auxiliares, poderá ser incluído na agenda.

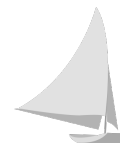
Portanto, no desempenho de suas prerrogativas o parlamentar poderá atuar como articulador, podendo ocupar um papel estratégico na construção da agenda governamental a partir da sua participação nas discussões, nas audiências ou sessões plenárias e, ainda, transformando suas proposições em requerimentos, e em seguida conseguindo aprova-las, encaminhando-as ao Poder Executivo, reivindicando ações para atender instituições, municípios e seus munícipes.

No mais, se um problema é identificado por ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades (SECCHI, 2015). Logo, a centralidade dos temas na agenda é resultado das discussões entre os grupos que integram o sistema político, que apresentam as reivindicações ou executam as ações, as quais serão transformadas em políticas públicas. Sobre os participantes desses grupos, eles são denominados como “atores” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

No processo de políticas, os políticos são atores fundamentais. Quando estão investidos de cargos no Executivo ou Legislativo, possuem legitimidade para propor e fazer acontecer políticas públicas de grande alcance social (SECCHI, 2015). Os políticos constituem-se atores

¹ Constituição Federal, 1988, Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

² Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993. Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.



fundamentais, pois seu papel primordial é “identificar os problemas públicos e decidir quais políticas públicas são adequadas para combatê-los” (DIAS; MATOS, 2012)

Este artigo tem por objetivo analisar a influência do Legislativo na formação da agenda governamental no Estado do Rio Grande do Norte por meio do modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon (2011).

2. METODOLOGIA

A pesquisa proposta tem abordagem qualitativa, trata-se de um estudo de caso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte por meio do modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon (2011). Considerando a importância do poder legislativo na construção da agenda governamental, a presente pesquisa foi realizada com os deputados estaduais que ocupam a função de líder ou vice-líder de bloco ou partido e seus respectivos chefes de gabinetes.

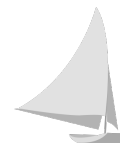
A escolha se deu motivada pela importância da posição estratégica dos sujeitos da pesquisa, uma vez que se apresentam como atores detentores de informações fundamentais para o desenvolvimento do estudo. No entanto, ressaltamos que todos os entrevistados permanecerão anônimos conforme explicam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização para Gravação de Voz, aplicados na participação na pesquisa.

A Assembleia Legislativa do RN é composta por 24 Deputados que se agrupam em oito blocos parlamentares do seguinte modo:

1. Bloco Partido Social Democrático (PSD) - 4 Deputados: Líder (PSD); Vice-Líder (PSD); Deputado Membro 1 (PSD) e Deputado Membro 2 (PSD).
2. Bloco Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - 3 Deputados: Líder (PMDB); Vice-Líder (PMDB) e Deputado Membro 1 (PMDB).
3. Bloco Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e do Partido Democratas (DEM) – 4 Deputados: Líder (PROS); Vice-Líder (DEM); Deputado Membro 1 (PROS) e Deputado Membro 2 (DEM).
4. Bloco Partido Solidariedade, Partido da República e Partido Humanista da Solidariedade – 3 Deputados: Líder (Solidariedade); Vice-Líder (PR) e Deputado Membro 1 (PHS).
5. Bloco Partido Socialista Brasileiro (PSB) – 3 Deputados: Líder (PSB); Vice-Líder (PSB) e Deputado Membro 1 (PSB).
6. Bloco Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – 5 Deputados: Líder (PSDB); Vice-Líder (PSDB); Deputado Membro 1 (PSDB); Deputado Membro 2 (PSDB) e Deputado Membro 3 (PSDB).
7. Bloco da Minoria – 1 Deputado: Líder (DEM).
8. Bloco da Liderança do Governo – 1 Deputado: Líder (PSD).

Quanto sujeitos de pesquisa, a escolha foi pelos líderes ou vice-líder de blocos e seus respectivos chefes de gabinete, configurando a princípio 16 sujeitos entrevistados na pesquisa, diante de diversas tentativas e seguidos adiamentos por parte dos participantes que concederiam as entrevistas, foi tido um total de 11 entrevistados. Sendo: 4 (quatro) parlamentares Líderes, 1 (um) Vice-líder, que serão identificados na pesquisa com o código D mais um número aleatório, e 6 chefes de gabinetes, identificados com o código CG associado a número aleatório.

Utilizou-se o modelo de “Múltiplos Fluxos” (*Multiple Streams Model*) de Kingdon para elaboração de roteiros da pesquisa semidirigidas considerando suas categorias analíticas: *fluxos de problemas*, *fluxos de soluções*, *fluxos políticos* e a *janela de oportunidade*. A coleta de dados aconteceu a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte registrada sob CAAE: 79620517.9.0000.5568. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente realizadas as transcrições e análises das respostas.



3.RESULTADOS E ANÁLISES

. O perfil dos entrevistados (Deputados e chefes de gabinetes) consta no quadro 1:

Quadro 1. Dados Gerais sobre o perfil dos Deputados e chefes de gabinetes entrevistados da Assembleia Legislativa do RN em 2017.

DEPUTADOS ENTREVISTADOS	5 DEPUTADOS
IDADE MÉDIA	51 ANOS
FORMAÇÃO	GRADUAÇÃO (todos)
JÁ TINHA OCUPADO ALGUM CARGO PÚBLICO NO PODER EXECUTIVO OU LEGISLATIVO?	Todos
CHEFES DE GABINETES ENTREVISTADOS	6 PESSOAS
IDADE MÉDIA	42 ANOS
FORMAÇÃO	GRADUAÇÃO (todos)
QUANTO TEMPO EXERCE A FUNÇÃO DE CHEFE DE GABINETE?	MÉDIA DE 15 MESES
JÁ TINHA OCUPADO ALGUM CARGO PÚBLICO NO PODER EXECUTIVO OU LEGISLATIVO?	5 PESSOAS

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados das entrevistas (2017).

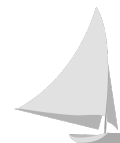
No quadro 1, o resultado da pesquisa apresenta os dados gerais dos entrevistados, foram 5 deputados entrevistados e 6 chefes de gabinete. Todos possuíam graduação. A maior parte já tinha tido um cargo no legislativo. No quadro 2), se apresenta os partidos e blocos com representação no legislativo potiguar, que é composto por 24 deputados, os quais, no ano de 2017, representavam 11 (onze) agremiações políticas:

Quadro 2. Blocos da assembleia legislativa e seus respectivos partidos políticos – 2017

Partido/Bloco	Bancada	Nome do Partido
PMDB	3	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROS / DEM	4	Partido Republicano da Ordem Social / Democratas
PSD	4	Partido Social Democrático
SD/ PR / PHS	3	Solidariedade / Partido da República / Partido Humanista da Solidariedade
PSB	3	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	5	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	1	Partido dos Trabalhadores
PC do B	1	Partido Comunista do Brasil

Fonte : Elaborado pelos autores à partir de dados da AL/RN, 2017.

Quanto a categoria *Fluxos de Problemas*, esta analisa como os problemas são identificados. É oportuno ressaltar que, em se tratando do Poder Legislativo, os problemas precisam passar por fluxos de discussões, através das reuniões e debates nos gabinetes, nas comissões temáticas, onde os servidores propõem e elaboram, com a orientação do deputado, as matérias legislativas.



Iniciado o processo de identificação do problema, seja *in loco* ou não, pelo próprio deputado ou pelos assessores, se considera esse o momento do despertar do formulador de políticas para aquela questão. No entanto, dada a complexidade e o volume de questões que se apresentam a estes formuladores, apenas algumas delas são realmente consideradas num determinado momento (CAPELLA, 2006).

Questionados sobre de que modo são identificados os problemas que entram na agenda do mandato a fim de se tornarem uma proposição, se respondeu que os problemas podem ser identificados no diálogo com a população.

“Geralmente, nós temos o habito de estar em contato permanente com os municípios, a população, segmentos sociais. E esses problemas são identificados no diálogo com a população que apresenta as demandas, seja na área da saúde, educação e a partir daí nós redigimos o requerimento e é apresentado na sessão ordinária” (Entrevistado D17).

Entende-se, como posto, que os problemas também são identificados em contato direto com a população e pelas lideranças ligadas a base política do parlamentar. Portanto, identificada a demanda, o deputado e sua equipe produzem o requerimento. No trabalho de identificação a “assessoria geralmente faz contato com as lideranças dos municípios que enviam as demandas e transformamos em proposições” (Entrevistado CG3). A equipe de assessoramento trabalha na identificação das demandas que se tornarão requerimentos focadas em três formatos básicos:

“O primeiro é a observação que a gente faz nas visitas a bairros, municípios. A gente faz uma observação em blocos. Segundo demandas que são trazidas pelas lideranças, em especial pelas redes sociais. [...]. E a terceira é pelo noticiário, a um acompanhamento da assessoria de imprensa no noticiário no estado todo, e a gente capta algumas demandas que surgem nas cidades através dessas observações” (Entrevistado D16).

Percebe-se nas respostas, um processo de inovação na identificação dos problemas, as redes sociais. Portanto, as redes sociais cumprem papel informativo para o parlamentar e para sua equipe sobre o problema se aproximar da população, o que possibilita a ação rápida do deputado que se apresenta para atuar na discussão da solução do referido problema.

Os problemas podem a qualquer momento provocar alteração na agenda parlamentar e, conseqüentemente, de acordo com os eventos, de ordem política, econômica ou catastróficas, mudar a pauta de debates e matérias do parlamento. Portanto, em situações de crises, é importante que o mandato parlamentar esteja em consonância com os anseios da sociedade e demandas emergenciais.

“O mandato parlamentar precisa estar em consonância com os anseios da sociedade. Então, é natural que os debates e a agenda da Assembleia Legislativa sejam modificados ou se molde às necessidades mais urgentes, por exemplo, questões relacionadas à seca e segurança pública, não somente por meio de debates em plenário, mas apresentação de requerimentos, projetos e maior prioridade a ações relacionadas no Orçamento do Estado” (Entrevistado D21).

A Figura 1 ilustra a composição do fluxo de problemas composto por elementos que tratam da identificação das demandas que serão levadas ao parlamento para discussão. Este processo acontece no próprio gabinete através dos assessores e da base política os quais apresentam a demanda ao próprio deputado que poderá, ainda, identificar o problema *in loco*. Os eventos que acontecem com a população, segundo os entrevistados, são subsídios para construção de proposições e posicionamentos políticos. Identificados os problemas e formulada a proposição são encaminhados ao plenário para os debates que poderão repercutir e sofrer influência ou se tornar pauta da mídia.

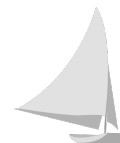


Figura 1. Fluxo de Problemas Aplicado a Realidade dos Requerimentos Produzidos na ALRN



Fonte: Dados da Pesquisa – adaptado pelos autores

Outro item importante no Fluxo de Problemas (KINGDON, 2011) é o *feedback* apontado como um instrumento fundamental no processo de acompanhamento de demandas. Diante disso, foi perguntado se existia *feedback* entre o gabinete e os cidadãos ou as instituições que buscavam resolução de demandas no parlamento. Para o entrevistado CG4, o *feedback* acontece com os agentes que têm interesse:

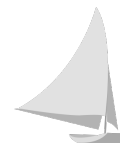
“Enviamos cópias dos requerimentos aos agentes que têm interesse na viabilidade de determinadas demandas. Além disso, produzimos informes através da nossa assessoria de comunicação, através dos meios de comunicação e redes sociais” (Entrevistado CG4).

No fluxo de problemas se discute como são identificadas as demandas que entram na agenda do mandato para formulação de proposição, seu envio e acompanhamento, os eventos, as crises e o *feedback* que contribuem para a construção da proposição que será debatida em plenário e, sendo aprovada, é encaminhada ao Poder Executivo. Entende-se que o ato de envio da proposição aprovada ao Poder Executivo, é o momento da confirmação da necessidade da atenção do respectivo problema, que foi identificado, e revela quem está sendo afetado pelo problema e qual a magnitude do problema e suas consequências.

Quanto o *Fluxo de Soluções*, a comunidade segundo os entrevistados pode participar da busca de resoluções para determinada demanda através do processo de elaboração dos requerimentos, que pode acontecer “através das redes sociais e de visitas ao gabinete” (entrevistado D7). Corroborando, o entrevistado D5 afirma que “as redes sociais são uma forma de participação popular, além de audiências públicas e pessoalmente no gabinete ou em reuniões externas”.

Ainda no fluxo de soluções, diante da complexidade das proposituras, se buscou saber, se instituições de ensino e pesquisa dão suporte às propostas sugeridas, a resposta foi positiva “Sim. Por exemplo, nós fizemos uma audiência pública em determinado ano para discutir o aumento da dengue aqui no RN. Participaram dessa audiência professores da universidade do RN, representações de médicos que atuavam no enfrentamento a dengue” (entrevistado D17). Logo, é perceptível que, para assuntos complexos os deputados recebem orientações especializadas de grupos ou especialistas interessados no resultado.

Desse modo, na busca das soluções para os diferentes problemas que chegam ao gabinete parlamentar, principalmente quando os assuntos são de temas complexos ou tratam de custos de programas, obras ou serviços, poderá ser necessária a realização de estudo técnico para a formulação das proposituras. Nessa fase de formulação de alternativas, os burocratas



subsidiar os políticos com seus conhecimentos técnicos para a formulação de soluções para os problemas públicos. (SECCHI, 2015).

Quanto ao *Fluxo Político* este ocorre de acordo com suas próprias dinâmicas e suas próprias regras. É composto de fatores como oscilações de humor nacional, resultados eleitorais, mudanças de administração, mudanças de distribuições ideológicas ou partidárias no Congresso e campanhas de pressão de grupos de interesse (KINGDON, 2011).

O fluxo político atinge o ápice no plenário, composto por todos os deputados, e ainda, nas comissões temáticas, onde “as discussões sobre a viabilidade de medidas sob os mais variados aspectos: político, econômico e social, são debatidos” (Entrevistado D7). Nesse momento, os grupos de influência, sindicatos, associações, a mídia, as pressões do Legislativo e o próprio processo eleitoral, entre outros fatores, determinam o clima político para a mudança da agenda governamental, podendo tanto favorecer uma mudança como restringi-la. (CAPELLA, 2006). Os blocos políticos servem como coalisões de votos na aprovação das pautas.

As mudanças acontecem com mais intensidade após o resultado eleitoral, quando acontece as mudanças de governo, isso impactam provocando uma descontinuidade de obras e ações. “A cada nova gestão, é preciso retomar o debate” (entrevistado D21). Portanto, a cada novo gestor, é iniciado um novo processo político, reiniciando também as articulações para convencer a respeito das necessidades do atendimento das demandas identificadas.

Um novo governo tem uma nova escala de prioridade, uma nova agenda governamental. “Ele faz uma agenda com determinada escolha que pode a qualquer momento mudar o que vai ser priorizado: segurança, saúde, educação ou recurso hídrico” (Entrevistado D16). Apesar disso, “toda mudança deve ser observada, uma vez que elas podem se traduzir em mudanças estruturantes, que retiram da pauta do governo medidas adotadas em outras ocasiões” (entrevistado D7). Então, a agenda do governo muda de acordo com a sua política ou plano de ação.

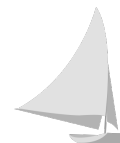
Regido por um elenco de normas, o ano é eleitoral é considerado atípico com tendências para redução da produção legislativa. Indagado o entrevistado D21, confirma a redução da produção legislativa:

“Sim. O ano eleitoral, mais precisamente o período da campanha, é atípico em função das vedações legais para algumas ações, e há uma redução da apresentação de requerimentos e projetos pelos deputados em função de terem que se dividir com as atividades da campanha”.

No modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) de Kingdon (2011), os fluxos de problemas, soluções e político, despejam suas concepções de problemas, suas propostas e forças políticas na oportunidade de escolha, e os resultados dependem da combinação de elementos presentes e de como os vários elementos são conectados. Esta confluência é denominada, *Janela de Oportunidade*.

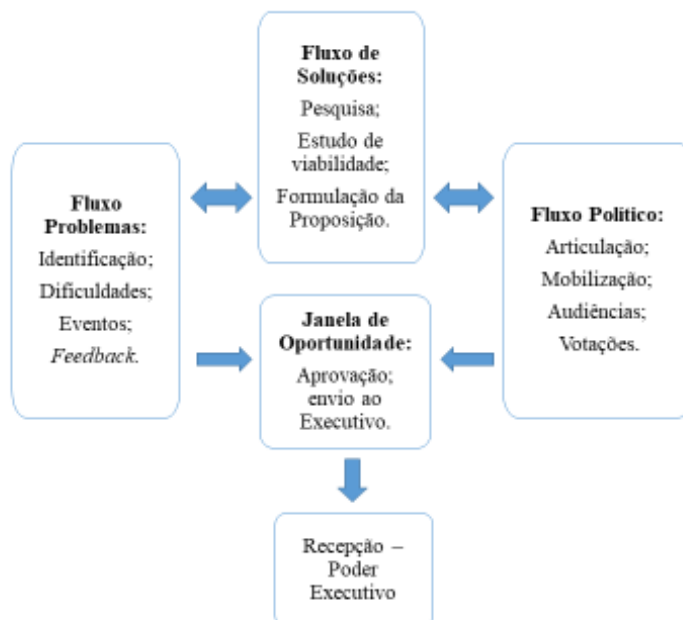
“Uma característica da oportunidade de mudança – abertura das janelas – no modelo de Kingdon é seu caráter transitório. Sejam provocadas por eventos programados ou não, as oportunidades de acesso de uma questão à agenda não perduram por longos períodos. Da mesma forma que as “janelas” se abrem, elas também se fecham. A oportunidade de mudança na agenda cessa quando um dos fluxos se desarticula com relação aos demais” (CAPELLA, 2005, P.11).

Portanto, no processo de produção legislativa a janela é aberta no momento da aprovação da proposição, não significando que o problema identificado na proposição e que ganhou relevância com sua aprovação, dispõe de garantias de efetividade. Pois a decisão final de atendimento de inclusão do problema na agenda governamental, caberá ao próprio Poder



Executivo. Deste modo, baseado no modelo de Kingdon (2003), adaptado a partir de Capella (2006), apresenta-se, na Figura 2, o modelo para aplicação na produção legislativa.

Figura 2.O Modelo de Kingdon aplicado na produção legislativa



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de CAPELLA (2006, p. 32).

De acordo com a Figura 2, o modelo desenvolvido por Kingdon (2003) quando usado para analisar a dinâmica do legislativo na inserção de temas para agenda governamental mostra forte interação com o poder executivo e a população.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

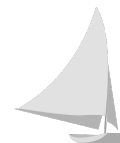
Embora os assessores apresentem as demandas, compreendemos ser imprescindível que o deputado tenha canais de contato direto com a população sobre suas demandas. Percebe-se no estudo uma postura pouco indutiva do parlamentar frente a necessidade de ouvir mais o cidadão. É oportuno destacar que, quando as demandas da sociedade são reivindicadas e aprovada pelo Parlamento, ganha maior importância e desperta a atenção do Poder Executivo.

Consideramos ainda que as proposições dos parlamentares poderão também ser oriundas da mobilização de grupos da sociedade, neste sentido houve identificação na pesquisa do papel importante das redes sociais, no processo de apresentação de demandas aos deputados, podendo ainda, influenciar significativamente no processo de apresentação de requerimentos e consequentemente, na produção legislativa dos deputados. Ao final, diante do complexo processo de produção legislativa, consideramos que através dos fluxos de problemas, fluxos soluções, fluxos políticos e as janelas de oportunidade, o papel do parlamento é central na formação da agenda governamental.

REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Patrícia Kettermann e Stéfano Pedrosa. Brasília: ANADEP, 2015.



CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de Formulação de Políticas Públicas**. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, nº 61, p. 25-52, 2006.

_____. **Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças**. In: Cad. EBAPE.BR, vol. 14, Edição Especial, artigo 5, Rio de Janeiro, 2016.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FRONZAGLIA, Maurício Lobada. **As Instituições Políticas Brasileiras Uma Visão Histórica**. In: Curso de formação, capacitação e atualização políticas – Escola de Formação Política Miguel Arraes, Fundação João Mangabeira, Módulo I: Brasília, 2007.

GOTTEMS, Leila Bernarda. et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. In: **Saúde Soc.** São Paulo, v. 22, n. 2, p. 511-520, 2013.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Longman Classics in Political Science, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70437/CE_RioGrandedoNorte.pdf?sequence=1>. Acesso em 31 de agosto de 2017.

_____. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: 2003.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SUMIYA, Lília Asuca. **A hora da alfabetização: atores, ideias e instituições na construção do PAIC-CE**. 2015. 243f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

TORRENS, Antônio Carlos. **Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar**. Ano 50. n. 197, p. 189-204, 2013.